

Coordenadores:

EDUARDO JOSÉ DA FONSECA COSTA

Especialista e Mestre em Direito Processual Civil pela PUC/SP.
Juiz Federal Substituto da 1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Corumbá/MS.

LUIZ EDUARDO RIBEIRO MOURÃO

Doutorando e Mestre em Direito pela PUC/SP. Advogado.

PEDRO HENRIQUE PEDROSA NOGUEIRA

Doutorando em Direito (UFBA). Mestre em Direito (UFAL).
Professor de Direito Processual Civil na Universidade Federal de Alagoas (UFAL).
Professor de Direito Processual Civil e coordenador do curso de Direito noturno
na Sociedade de Ensino Universitário do Nordeste (SEUNE).
Professor de Direito Processual Civil (pós-graduação)
no Centro de Estudos Superiores de Maceió (CESMAC). Advogado.

TEORIA QUINÁRIA DA AÇÃO

Estudos em homenagem a Pontes de Miranda
nos 30 anos do seu falecimento

2010



EDITORA
*Jus*PODIVM

www.editorajuspodivm.com.br

Capa: Carlos Rio Branco Batalha
Diagramação: Caetê Coelho
Caete1984@gmail.com

Conselho Editorial

Antônio Gidi
Dirley da Cunha Jr.
Leonardo de Medeiros Garcia
Fredie Didier Jr.
Gamil Föppel El Hireche
José Henrique Mouta
José Marcelo Vigliar

Nestor Távora
Pablo Stolze Gagliano
Robério Nunes Filho
Roberval Rocha Ferreira Filho
Rodolfo Pamplona Filho
Rodrigo Reis Mazzei
Rogério Sanches Cunha

Todos os direitos reservados às Edições *Jus*PODIVM.

Copyright: Edições *Jus*PODIVM

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições *Jus*PODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.



EDITORA
*Jus*PODIVM

Rua Mato Grosso, 175 – Pituba,
CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia
Tel: (71) 3363-8617 / Fax: (71) 3363-5050
E-mail: fale@editorajuspodivm.com.br
Site: www.editorajuspodivm.com.br

SUMÁRIO

PREFÁCIO	15
APRESENTAÇÃO	17

Capítulo I

ANÁLISE HISTÓRICA DA TEORIA QUINÁRIA E A ALTERAÇÃO DA PREPONDERÂNCIA EFICACIAL-CONDENATÓRIA ANTE A SUPERVENIÊNCIA DO SINCRETISMO PROCESSUAL	19
--	----

Alexandre Freire Pimentel

1. Introdução.....	19
2. Os sistemas da <i>iurisdictio</i> e do <i>ius imperium</i> : apontamentos iniciais sobre condenação e mandamento	20
3. Liberalismo, princípio dispositivo e o caráter tríplice das ações	26
4. A queda da sistemática original do CPC: o retorno à execução per officium iudicis e o ressurgimento da teoria quinária de Pontes de Miranda	30
5. Bases metodológicas da teoria quinária.....	35
6. Distinguindo os conceitos processuais de (co)mando e (con)damnatio	37
7. Delineamentos sobre a preponderância eficacial-condenatória contraposta aos conteúdos declaratórios, constitutivos, mandamentais e executivos.	39
8. Considerações finais	45
Bibliografia	47

Capítulo II

SENTENÇA EXECUTIVA, SENTENÇA CONDENATÓRIA E EXECUÇÃO INCIDENTAL: DIFERENÇA SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO PELA FORÇA E EFEITOS	51
--	----

Araken de Assis

Introdução	51
1. Relação entre processo e direito material	52
2. Classificação das sentenças pela força e efeitos	54
3. Efeitos dos provimentos e graus de satisfação	56
3. Execução mediata (sentença condenatória) e execução imediata (sentença executiva)	60
Conclusão	62
Bibliografia	63

TEORIA QUINÁRIA DA AÇÃO
ESTUDOS EM HOMENAGEM A PONTES DE MIRANDA NOS 30 ANOS DO SEU FALECIMENTO

Capítulo III

COISA JULGADA BASEADA EM LEI INCONSTITUCIONAL (?) ANÁLISE SOB O PRISMA DA TEORIA DAS CARGAS DE EFICÁCIA DA SENTENÇA EM PONTES DE MIRANDA.....

Beclaute Oliveira Silva

Introdução	65
I. Delimitando a coisa julgada no arcabouço constitucional.....	65
II. Título executivo judicial.....	69
III. (In)Exigibilidade – demarcações conceituais	71
IV. Exigibilidade dentro do quadro das cargas de eficácia da decisão judicial definitiva	72
V. Coisa julgada e a prescrição do art. 475 – L, § 1º do CPC e do art. 741, P.U. CPC.....	73
VI. Casuística do art. 475 – L, § 1º do CPC e do art. 741, P.U. do CPC	76
VII. Natureza jurídica da norma que estipula a inexigibilidade e suas implicações.....	77
Conclusão	79
Bibliografia.....	80

Capítulo IV

A CONSAGRAÇÃO DA TEORIA QUINÁRIA NO DIREITO POSITIVO BRASILEIRO: NOTA BREVE AO ARTIGO 14, INCISO V, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC, NA REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 10.352/01.....

Clayton Maranhão

1. As teses de PONTES DE MIRANDA e a tese da classificação quinária das ações e respectivas sentenças de procedência.....	83
2. As opiniões divergentes na doutrina brasileira.	86
3. A consagração da classificação quinária pontiana no CPC brasileiro: o núcleo essencial dos provimentos judiciais mandamentais e executivos lato sensu (análise do art. 14, V e parágrafo único, do CPC com a redação dada pela Lei nº 10.358 de 28.12.2001).....	90

Capítulo V

A GARANTIA CONSTITUCIONAL DO POSTULADO DA EFETIVIDADE DESDE O PRISMA DAS SENTENÇAS MANDAMENTAIS.....

Darci Guimarães Ribeiro

1. Noções gerais.....	101
2. O Postulado da efetividade	103
3. As sentenças mandamentais	105
3.1. Origem.....	106
3.2. Contribuição da doutrina brasileira	110
3.3. Características.....	113
3.4. Diferença das demais espécies de sentenças	117

SUMÁRIO

Capítulo VI**AS AÇÕES (E SENTENÇAS)****CONDENATÓRIAS, MANDAMENTAIS E EXECUTIVAS 121***Edson Ribas Malachini*

1. Questões sobre a sentença mandamental..... 121
2. Sentença “executiva lato sensu”? 123
3. Gênese da ação mandamental..... 125
4. A sentença do art. 461 é sempre mandamental? 126
5. A decisão e a sentença cominatórias são mandamentais? 134
6. Quando a sentença deve ser considerada mandamental? 142
7. Teoria da ação mandamental e conseqüências
do descumprimento da sentença 157
8. Força da sentença e eficácias imediata e mediata 159

Capítulo VII**NOÇÕES SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DAS AÇÕES –
ALGUMAS MODALIDADES DE PROCEDIMENTOS
E O CABIMENTO DA ANTECIPAÇÃO DE TUTELA..... 167***Eduardo Arruda Alvim*

1. Introdução 167
2. Alguns aspectos atinentes à classificação das ações 167
3. O cabimento da antecipação de tutela
nas ações declaratórias, constitutivas e condenatórias 177
 - 3.1. Enfoque sobre a antecipação
de tutela nas ações meramente declaratórias 179
4. Ainda o cabimento da antecipação de tutela.
Análise de algumas hipóteses específicas..... 182
5. Síntese conclusiva..... 189
- Bibliografia 190

Capítulo VIII**TEORIA TRINÁRIA VS. TEORIA QUINÁRIA:
CRÔNICA SOBRE UM DIÁLOGO DE SURDOS 195***Eduardo José da Fonseca Costa***Capítulo IX****TEORIA DA CONDENAÇÃO 205***Fábio Cardoso Machado*

1. A condenação na doutrina tradicional..... 205
2. A condenação no pensamento de Satta e Mandrioli..... 211
3. A sentença condenatória como “categoria processual” 216
4. A teoria da condenação, do ponto de vista
da ação de direito material..... 221

TEORIA QUINÁRIA DA AÇÃO
ESTUDOS EM HOMENAGEM A PONTES DE MIRANDA NOS 30 ANOS DO SEU FALECIMENTO

Capítulo X**A TEORIA QUINÁRIA, A SENTENÇA DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E ALGUNS APONTAMENTOS****QUANTO À SUA IMPLEMENTAÇÃO..... 231***Francisco Glauber Pessoa Alves*

I. Introdução	231
II. A teoria quinária	232
III. Os pedidos possíveis na sentença de improbidade administrativa e rápidas linhas sobre sua efetivação	242
IV. Conclusões.....	250
Bibliografia.....	251

Capítulo XI**SENTENÇA CONSTITUTIVA E EXECUÇÃO FORÇADA 253***Freddie Didier Jr.*

1. Nota introdutória.....	253
2. A sentença que reconhece a existência de um direito a uma prestação como título executivo (art. 475-N, I, CPC).....	253
3. O conteúdo da sentença constitutiva e o direito potestativo	255
4. Eficácia constitutiva do direito potestativo: o direito a uma prestação como efeito possível da efetivação de um direito potestativo.....	257
5. Efeitos anexos de uma decisão judicial: a sentença como fato jurídico	258
6. O direito a uma prestação como possível efeito anexo de uma sentença constitutiva.....	259
7. Execução do direito a uma prestação decorrente de uma sentença constitutiva	260

Capítulo XII**A DOCTRINA DAS AÇÕES DE PONTES DE MIRANDA E A CLASSIFICAÇÃO DAS SENTENÇAS CONDENATÓRIAS E EXECUTIVAS À LUZ DO DIREITO POSITIVO BRASILEIRO***Guilherme Recena Costa*

Introdução	265
1. Conceitos fundamentais na doutrina processual de Pontes de Miranda: direito, pretensão, ação de direito material e “ação” processual	266
2. Segue: a classificação quinária das ações	269
3. Segue: ações e sentenças condenatórias e executivas.....	270
4. Balanço crítico da teoria das ações de Pontes de Miranda (em especial, a ação de direito material).....	272
5. Proposta de classificação das sentenças de acordo com o seu conteúdo: a sentença condenatória	279
6. Segue: a sentença executiva como categoria autônoma	283
7. Considerações finais: sentenças condenatórias e sentenças executivas à luz do direito material	288

Capítulo XIII**A EFICÁCIA CONSTITUTIVA DA SENTENÇA** 295*Hermes Zaneti Junior*

1. Homogeneização das premissas	295
1.1 Histórico e desenvolvimento do direito processual civil	295
2. Cinco questões sobre as sentenças constitutivas	302
2.1. Digressões sobre o conceito de eficácia constitutiva	303
2.2. Sentença constitutiva: eficácia “ex nunc” ou “ex tunc”?	306
2.3. Sentenças constitutivas negativas e positivas: conceito e espécies	308
2.4. Os direitos potestativos ou formativos são os únicos direitos aptos a fundamentar as sentenças constitutivas?	309
2.5. Ocorre execução nas sentenças constitutivas?	312
Conclusões	312
Bibliografia	313

Capítulo XIV**AS SENTENÇAS DETERMINATIVAS****E A CLASSIFICAÇÃO DAS AÇÕES** 315*Humberto Theodoro Júnior*

1. Introdução	315
2. Classificações modernas	316
3. Ação de direito material e ação de direito processual	317
4. Critérios de classificação das ações dentro do prisma pensamento processual	321
5. Não é razoável a classificação quinária quando coloca numa única classificação as sentenças condenatórias, executivas e mandamentais	325
6. Sentenças determinativas: técnica moderna de julgar, sem repercussão alguma sobre a classificação trinária das ações	327
7. Conclusões	329

Capítulo XV**A TEORIA QUINÁRIA (A TEORIA DA CONSTANTE QUINZE)****E A LEI Nº 11.232/2005** 331*Luciano Vianna Araújo*

I. Palavras iniciais	331
II. Introdução	331
III. Esclarecimento necessário	332
IV. A teoria quinária	333
V. As críticas à teoria quinária	335
VI. A executoriedade da sentença declaratória e a ruptura total da “teoria da constante quinze”	338
VII. Conclusão	342

Capítulo XVI**ADAPTANDO-SE O VELHO ATRAVÉS DE UM OLHAR****ATUAL: ENSAIO EM DEFESA À TEORIA TRINÁRIA..... 343***Lúcio Delfino e Fernando Rossi*

Bibliografia 356

Capítulo XVII**DA NATUREZA JURÍDICA DA DECISÃO JUDICIAL PREVISTA****NO ARTIGO 475-N, INCISO I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 357***Luiz Eduardo Ribeiro Mourão*

1. Agradecimento inicial 357

2. Colocação do tema..... 357

3. Do conteúdo da ação 358

4. Do mundo jurídico, da relação jurídica,
do direito subjetivo e do dever jurídico 359

5. Da norma do artigo 475-N, inciso I, do Código de Processo Civil 362

6. Da distinção entre elemento declaratório e eficácia declaratória..... 363

7. Conclusão 366

Capítulo XVIII**DA AÇÃO COMO OBJETO LITIGIOSO NO PROCESSO CIVIL..... 367***Marcos Bernardes de Mello*

I. Justificação do tema..... 367

II. Noções fundamentais sobre fato jurídico 368

1. *Conceitos* 3682. *Os planos do mundo jurídico*..... 371

III. Noções fundamentais sobre eficácia jurídica..... 374

1. *Conceitos* 3742. *Das relações jurídicas* 3752.1. *Conceito* 3752.2. *Estrutura e conteúdo*
das relações jurídicas de direito material 3752.3. *Do conteúdo de uma relação jurídica de direito material* 3763. *Conclusões (preliminares) em torno da eficácia jurídica*..... 383

IV. Da pretensão à tutela jurídica (o denominado “direito de ação”) 384

1. *A realização do direito* 3842. *A pretensão à tutela jurídica (“direito de ação”)* 3852.1. *Conceito* 3852.2. *Natureza da pretensão à tutela jurídica (“direito de ação”)*..... 3902.3. *O exercício da pretensão à tutela jurídica* 3932.4. *Conclusões relativas à pretensão à tutela jurídica*..... 395V. *A ação como objeto litigioso no processo civil* 3961. *Que se deve entender por objeto litigioso no processo civil* 3962. *Porque a ação constitui o objeto litigioso no processo civil?* 400

Bibliografia 401

SUMÁRIO

Capítulo XIX	
POR UMA REFLEXÃO SOBRE A TEORIA QUINÁRIA DA AÇÃO, NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO REFORMADO	405
<i>Mirna Cianci e Rita Quartieri</i>	
Crítica Conclusiva	416
Capítulo XX	
“AÇÃO” E AÇÕES NA HISTÓRIA DO PROCESSO CIVIL MODERNO	423
<i>Ovídio Baptista da Silva</i>	
Capítulo XXI	
ENSAIO SOBRE AS SENTENÇAS CONDENATÓRIAS, EXECUTIVAS E MANDAMENTAIS	455
<i>Paulo Afonso de Souza Sant’anna</i>	
1. Considerações iniciais	455
2. Sentença condenatória	456
2.1. Contexto histórico do conceito de condenação	456
2.2. Condenação e execução	458
2.3. Crise da condenação	467
3. Classificação quinária e Lei 11.232/2005	470
4. Classificação quinária na doutrina de Pontes de Miranda	473
4.1. Sentença executiva	473
4.2. Lei 11.232/2005 e sentenças condenatória e executiva	483
4.3. Sentença mandamental	490
4.4. Lei 11.232/2005 e sentença mandamental na classificação quinária	497
5. A classificação quinária e o ornitorrinco	503
6. Uma justa homenagem a Pontes de Miranda	507
Capítulo XXII	
A CLASSIFICAÇÃO DAS AÇÕES DE PONTES DE MIRANDA E A EFICÁCIA PREPONDERANTE DA DECISÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE	509
<i>Paulo Roberto Lyrío Pimenta</i>	
1. Delimitação do tema	509
2. A classificação quinária das ações	509
2.1. Ação em sentido material e formal	509
2.2. Eficácia da sentença	510
2.3. A classificação das ações	511
2.4. Ação declarativa, constitutiva, condenatória, mandamental e executiva	513
2.5. Efeitos anexos e reflexos da sentença	515
3. Ações constitucionais e preponderância de eficácia	516
3.1. Ações do controle abstrato	516

3.2.	Ações do controle difuso	518
4.	Conclusões.....	518

Capítulo XXIII

SENTENÇAS EXECUTIVAS

E EFICÁCIA EXECUTIVA DAS SENTENÇAS		521
<i>Pedro Henrique Pedrosa Nogueira</i>		
1.	Introdução	521
2.	Uma apresentação da classificação quinária das sentenças	521
3.	O advento das “sentenças executivas”	525
4.	Distinção entre sentenças executivas e as chamadas “sentenças executivas <i>lato sensu</i> ”	527
5.	Eficácia executiva das sentenças não-executivas	529
5.1.	Eficácia executiva das sentenças declaratórias	529
5.2.	Eficácia executiva das sentenças constitutivas	531
5.3.	Eficácia executiva das sentenças condenatórias	533
5.4.	Eficácia executiva das sentenças mandamentais	536
6.	Conclusão	538
	Bibliografia	539

Capítulo XXIV

A EFICÁCIA DAS TUTELAS MANDAMENTAL E EXECUTIVA

SEGUNDO A TEORIA DA AÇÃO DE DIREITO MATERIAL		543
<i>Ricardo Tinoco de Góes</i>		
I.	Introdução	543
II.	Panorama geral sobre o tema	544
III.	A ação processual e a ação de direito material	546
IV.	Tutela jurídica e tutela jurisdicional	551
V.	As tutelas mandamental e executiva e a ação de direito material	555
VI.	Conclusão	561
	Bibliografia	561

Capítulo XXV

AÇÃO MATERIAL E TUTELA CAUTELAR

<i>Roberto Pinheiro Campos Gouveia Filho e Mateus Costa Pereira</i>		
1.	Introdução	563
2.	Noções fundamentais da Teoria Geral do Direito	563
2.1.	Direito subjetivo, pretensão e ação	563
2.2.	A ação material como uma categoria jurídica múltipla	566
2.3.	O surgimento da ação material	567
3.	Algumas noções importantes sobre o estudo das cautelares	568
3.1.	Considerações iniciais	568
3.2.	A doutrina de Giuseppe Chiovenda	568
3.3.	A doutrina de Piero Calamandrei.....	569

SUMÁRIO

3.4. A doutrina de Francesco Carnelutti	572
3.5. A doutrina de Ugo Rocco	573
3.6. A doutrina de Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda.....	574
3.7. A doutrina de Ovídio A. Baptista da Silva.....	575
4. A ação material cautelar.....	577
4.1. Noções gerais.....	577
4.2. O fato jurídico cautelar.....	577
4.3. As situações jurídicas cautelares como componentes do direito material.....	578
4.4. Características da ação cautelar	579
5. A processualização da ação cautelar.....	581
5.1. Noção de tutela	581
5.2. Tutela satisfativa x tutela cautelar	582
5.3. Tutela definitiva x tutela antecipada.....	583
5.4. Características da tutela cautelar	585
5.4.1. Explicação necessária.....	585
5.4.2. Plausibilidade do direito.....	585
5.4.3. Temporariedade.....	586
5.4.4. Não-satisfatividade.....	587
5.5. Necessidade de uma autonomia procedimental das cautelares?.....	587
5.5.1. Crítica ao art. 796, CPC	587
5.5.2. Exegese do § 7º do art. 273, CPC.....	589
5.6. Mérito e coisa julgada no processo cautelar.....	591
6. Conclusão	593

Capítulo XXVI**O CONTEÚDO EFICACIAL DA SENTENÇA DA AÇÃO POPULAR:
SOBREVIVE UMA AÇÃO DE DIREITO MATERIAL COLETIVA?.....**

595

Rosmar Rodrigues Alencar

1. Introdução.....	595
2. Ação de direito material, “ação” (processual) e pedido em ação popular.....	596
Ação de direito material coletiva.....	598
“Ação” (processual) popular e legitimidade.....	599
Pedido em ação popular.....	602
3. Conteúdo eficaz da sentença em ação popular	604
Sentença executiva (condenatória)	606
Sentença mandamental	606
Sentença (des)constitutiva	607
Sentença declaratória.....	608
4. Compreensão da ação popular e efetividade da jurisdição.....	608
5. Conclusão	609
Bibliografia	610

Capítulo XXVII**SENTENÇA CONDENATÓRIA PARA QUÊ?..... 613***Sérgio Cruz Arenhart*

1. Questões prévias 613
2. A essência da eficácia condenatória..... 615
3. A noção de condenação em Pontes de Miranda..... 625
4. A sobrevivência da sentença condenatória no regime atual 628